

## **ALUNOS (AS) EGRESSOS(AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA, HABILITAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL: onde e em que trabalham?**

Caroline Silva

### **1. INTRODUÇÃO**

Atualmente, a área da Educação infantil tem passado por importantes mudanças, principalmente ao final da década de 1980 e durante os anos 90. É nesse período que inicia o movimento em busca de um trabalho adequado às especificidades das crianças de 0 a 6 anos, assim como a preocupação com a formação do profissional que atua ou atuará neste contexto de grandes definições. Essas mudanças são marcadas, a começar, pela Constituição Federal de 1988; pelo documento “Política Nacional de Educação Infantil” apresentado em 1994; pela LDBEN em 1996, e também pelos trabalhos e pesquisas de profissionais da área.

A Constituição Nacional apresentou contribuições e avanços para a valorização da criança como sujeito de direitos que interage com seu meio e tem sua própria cultura. Desta forma, constitui-se um marco decisivo, em busca de um caráter para as instituições de educação infantil, que se difere da família, dos hospitais e da escola de ensino fundamental. A partir das deliberações legais, é reconhecido o direito de todas as crianças menores de 7 anos à creches e pré-escolas, cujos pais desejarem. O direito de frequentar um ambiente seguro e educativo passou a ser também da criança e não apenas da mãe trabalhadora. Assim, ficou sob responsabilidade do Estado o oferecimento de instituições públicas para a educação infantil.

Em 1994, o Ministério da Educação (MEC) elaborou uma “Política Nacional de Educação Infantil” que apresenta diretrizes pedagógicas relacionadas a função da educação infantil. Desse modo, o documento define que o trabalho realizado com as crianças de 0 a 6 anos deve cumprir *“duas funções complementares e indissociáveis: cuidar e educar, complementando os cuidados e a educação realizados na família.”* (MEC, 1993, p.17).

A partir disso, aposta-se na qualificação do profissional da creche e pré-escola, uma vez que este tem a função de educar e cuidar de forma integrada sem sobrepor o cuidado à educação e vice-versa. O documento estabelece ainda que a valorização do profissional de educação infantil, no que diz respeito às condições de trabalho, plano de carreira, remuneração e formação, deve ser garantida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), definiu pela primeira vez que a educação infantil faz parte da educação básica, ao invés de permanecer ligado a órgãos de saúde ou assistência social. Esta idéia foi uma preocupação dos pesquisadores da área e fazia parte das

reivindicações de movimentos sociais preocupados com a educação da criança pequena. Assim, a educação básica passou a organizar-se em 3 níveis de ensino: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. É interessante constatar, segundo Cerisara (1999, p.15), que aqui se fala em educação e não ensino infantil justamente para não reforçar a concepção escolarizante presente nos demais níveis de ensino.

Encaminhar estas instituições para a área da educação, foi uma forma de valorizar o trabalho nas creches e pré-escolas como educativos, procurando buscar um trabalho pedagógico e intencional sem cair no espontaneísmo. Além disso, garantir uma formação adequada às especificidades das crianças de 0 a 6 anos, assim como o respeito as condições de trabalho dos profissionais.

A nova LDB, traz ainda, outras deliberações que geram muitas conseqüências na formação de professores. Estabeleceu que não se admitiria mais o trabalho leigo para aqueles que terão como responsabilidade direta a educação das crianças. Dessa forma, há um entendimento de que devido ao caráter educacional que as instituições devem ter, os professores devem ser formados em curso superior.

Diante desta situação, foi deliberado que todos os profissionais devem se formar em Universidades e/ou Institutos Superiores de Educação, dentro do prazo de 10 anos, a partir da LDB/96, ou seja, até 2007. Estes Institutos pretendem oferecer o Curso Normal Superior destinado a formar professores para a educação básica.

Essa deliberação da LDB com relação ao nível de formação dos professores da educação básica constitui-se hoje um grande desafio, já que nesse momento todos aqueles que trabalham diretamente com as crianças de 0 a 6 anos passarão a ser considerados professores e deverão ter formação específica. Porém, muitos destes profissionais não possuem a formação sequer no ensino fundamental. Além disso, vale destacar que historicamente para as pessoas que trabalham diretamente com as crianças pequenas em creches e pré-escolas bastava ter vocação, bom humor, boa saúde, paciência e amor pelas crianças. Ou seja, ser mulher e gostar de crianças eram os critérios para a seleção destes profissionais. Hoje, após a LDB, é exigido formação superior, podendo ser aceito formação em nível médio e estabelece-se prazo para isto.

Articulada às questões acima levantadas, esta pesquisa pretende aprofundar o conhecimento sobre a formação das professoras<sup>1</sup> de educação infantil em Cursos de Pedagogia, no caso em questão, no Curso de Pedagogia da UFSC procurando conhecer como ocorre a inserção destas no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Neste relatório será utilizado os termos professora, aluna, egressa e estudante no feminino, devido ao expressivo número de mulheres nesta área.

Além das questões já levantadas, outro aspecto importante contribui para definição desta pesquisa. Em 1995, o curso de Pedagogia passou por uma reformulação curricular onde a base comum do curso passou a ser a docência das séries iniciais. Isto é, os três primeiros anos seriam voltados para a formação do professor das quatro primeiras séries do ensino fundamental contemplando ainda disciplinas generalizantes e a formação do educador-pesquisador. No último ano, respectivamente sétima e oitava fases, é que as estudantes podem escolher entre as habilitações: Orientação Educacional, Supervisão Educacional, Educação Especial e Educação Infantil.

Então, passados 6 anos do início da reformulação, nos questionamos: Qual o significado da reformulação de 1995 para a habilitação de educação infantil? É dentro deste contexto que pretendemos pesquisar qual a inserção das alunas egressas deste curso no mercado de trabalho, com o objetivo de conhecer até que ponto as alunas atuam profissionalmente na área em que se formam. Estarão elas atuando nas séries iniciais do ensino fundamental ou na educação infantil?

O foco deste estudo são as profissionais habilitadas em educação infantil egressas especificamente do curso de Pedagogia da UFSC. Procuraremos investigar a inserção profissional das alunas egressas nos anos de 1998, 1999, 2000, aplicando um questionário juntamente com informações do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Florianópolis<sup>2</sup>, para a coleta de dados.

---

<sup>2</sup> Na continuidade deste relatório será explicado porque estes dados foram incluídos na pesquisa.



## 2. O CURSO DE PEDAGOGIA E A HABILITAÇÃO

### EDUCAÇÃO INFANTIL EM QUESTÃO

No período de 1994 a 1996, Nelzi Flor, realizou na Universidade Federal de Santa Catarina, uma pesquisa denominada: “ *‘Pedagoga’ Pré-Escolar: aspectos da realidade e perspectivas de uma profissional em busca de identidade*”. Neste trabalho, a autora utilizou dados de alunas que ingressaram no curso de Pedagogia da UFSC no período de 1980 a 1994 e tinha como um de seus objetivos verificar a inserção das ex-alunas do curso nas instituições de educação infantil na cidade de Florianópolis.

Flor (1996), levanta importantes questões que foram estudadas em seu trabalho. São elas: a especificidade do atendimento a crianças de 0 a 6 anos; a origem destas instituições; histórico da formação dos profissionais da educação infantil, assim como a questão da identidade das formandas do curso de Pedagogia, desde a sua criação relacionando a formação da pedagoga especialista e a professora.

Em sua pesquisa, Flor procurou localizar as profissionais egressas do curso de Pedagogia, habilitação Pré-Escolar<sup>3</sup> da UFSC em uma amostra de 20% de todas as instituições de educação infantil cadastradas no município de Florianópolis que responderam ao módulo “Perfil do profissional”. É importante revelar que estes dados foram coletados nos anos de 1993/1994.

A partir dos questionários preenchidos, foram encontradas 6 instituições das 39, onde atuavam 6 profissionais habilitadas pela UFSC. Desta forma, estas seis correspondem a 2% das profissionais cadastradas do total da amostra - 20% das instituições.

Portanto, os dados desta pesquisa evidenciam pouca expressão numérica da profissional formada em Pedagogia Pré-Escolar nas instituições de educação infantil em Florianópolis.

A pesquisadora pode concluir, após entrevistas e levantamento de dados sobre as ex-alunas, que poucas atuavam como professoras de educação infantil, além disso, as poucas que trabalhavam junto às instituições assumiam cargos como coordenação e/ou direção. Este último

dado é destacado, uma vez que o curso de Pedagogia - habilitação educação infantil forma professoras e não especialistas.

---

<sup>3</sup> Até a reformulação curricular, a habilitação hoje denominada Educação Infantil, chamava-se Educação Pré-Escolar.

Com relação a formação destas profissionais no curso de Pedagogia da UFSC, Andréa Simões Rivero realizou uma dissertação de mestrado, defendida em 2001 e intitulada: *“Da educação pré-escolar à educação infantil: um estudo das concepções presentes na formação dos professores no curso de Pedagogia”*. O objetivo deste trabalho foi investigar como vem se constituindo a formação das professoras de educação infantil durante as duas décadas da existência da habilitação (desde 1982). Procurando entender como surgiu e se constitui historicamente, Rivero, analisou a partir das visões de criança, de professor e de educação infantil como se formou as concepções presentes na formação destas profissionais. A autora baseou-se em consultas a documentos e entrevistas com alunas e professoras desta habilitação, durante as décadas de 1980 e 1990.

Segundo seus estudos, a década de 80 foi marcada por diferentes idéias de conceber a educação de 0 a 6 anos. Apresentava-se a pedagogia assistencialista onde a professora era a tia que cuidava das crianças com amor e carinho, procurando ao mesmo tempo disciplinar e compensar atrasos pela carência cultural. Neste sentido, no início dos anos 80 a concepção de educação infantil foi marcada pela teoria de Jean Piaget (1896-1980) e pela preocupação com o desenvolvimento cognitivo e o aprendizado da criança, procurando contribuir para a escola de 1º Grau.

As mudanças legais da década de 90, com a Constituição Federal ao final dos anos 80 (ano de 1988), passou a reconhecer o direito de todas as crianças de 0 a 6 anos a frequentar instituições educativas. As diretrizes para uma Política Nacional de Educação Infantil (MEC), levou naquele momento a busca pela função pedagógica da pré-escola. Segundo Rivero, redefiniu-se os conceitos na compreensão de uma pedagogia pautada no binômio cuidar e educar. A criança passou a ser vista como um sujeito social e de direitos. Já no final da década, parece haver um movimento que distancia a educação infantil do modelo escolar, ligando-se a sua especificidade.

Como conclusão, Rivero afirma que o curso de Pedagogia da UFSC, *“vem propiciando aos seus alunos uma rica discussão teórica, contudo as alunas ressaltam a necessidade de uma maior aproximação das crianças durante a formação em educação infantil.”* (Apud Cerisara, 2001).

Desde 1998, vem sendo realizada, por iniciativa da Direção do Centro de Ciências da Educação, em conjunto com a Coordenação do curso de Pedagogia da UFSC, uma pesquisa por meio do Projeto *“Fala Pedagogia”*. Este projeto, busca pensar aspectos amplos que se relacionam à formação do professor, como a estrutura curricular, qualidades e finalidades dos cursos que se dedicam a este fim. Preocupou-se em estabelecer uma forma de conhecer o perfil dos estudantes que ingressam no curso de Pedagogia da USFC.

Para tal, iniciou um processo de obtenção de informações. Num primeiro momento foi feito um estudo a partir do questionário aplicado pela Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) aos candidatos tendo como base os anos de 1997 e 1998. Após, foi aplicado aos calouros ingressantes nos

respectivos anos, um questionário (“Calouro: quem somos?”), visando conhecer dados referentes a composição e a renda familiar, sexo, estado civil, atividade profissional e questões sobre o que pensam acerca da profissão pretendida. Realizaram análises sobre a permanência no curso e possíveis trancamentos de matrícula ou reprovação.

Em seguida, foi aplicado um outro questionário as mesmas alunas, que estavam nas 5ª e 6ª fases, comparando com as respostas do formulário anterior, discutindo as possíveis modificações que o curso pudesse ter causado no pensamento das estudantes, em suas visões de mundo, homem, educação e pedagogia.

Para completar o acompanhamento da trajetória das mesmas, foi enviado um questionário às egressas do curso, formadas em 2000 (dentre todas as habilitações oferecidas). Esta última etapa, pretendeu investigar as primeiras experiências profissionais destas ex-alunas as contribuições para a atuação como Pedagogas. Além disso, verificou também informações sobre a situação sócio-econômica e opiniões sobre a formação. Mais adiante, apresento neste relatório, alguns resultados desta pesquisa relacionando os dados das egressas do curso de Pedagogia.

## ***2.1 Um breve histórico***

Segundo Nelzi Flor (1996), a partir dos anos 30, o Estado Brasileiro começa a intervir no atendimento às crianças pequenas, devido - entre outros fatores - às reivindicações de mulheres trabalhadoras que começam a se organizar para exigir creches. Em 1939, foi criado o curso de Pedagogia no Brasil. O curso foi marcado pela indefinição no que se refere a formação da pedagoga especialista da educação ou a professora.

Historicamente a formação de professoras e especialistas vinha sendo ofertada pelos cursos de Pedagogia. De início, a preocupação era formar basicamente a pedagoga e a professora para a Escola Normal (local onde se formaria o professor primário), visando a dupla função, a de bacharéis e licenciados. Os cursos de Pedagogia e licenciaturas em geral seguiam a fórmula “3+1”, ou seja, em 3 anos formava-se a especialista (pedagoga) com disciplinas de conteúdo específico e em 1 ano formava-se a professora no Curso de Didática. O bacharel ocupava o cargo de técnico da educação, e o licenciado era docente das Escolas Normais com nível de 2º Grau.

Em 1960, surgiu legalmente a Universidade Federal de Santa Catarina com as faculdades de Direito, Farmácia, Odontologia, Medicina, Filosofia e Engenharia. O curso de Pedagogia fazia parte da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, juntamente com os cursos de História, Geografia, Filosofia, Ciências Sociais e Letras.

Em 1968, A Lei da Reforma Universitária instituiu os Centros e Departamentos no lugar das faculdades. Com esta lei a Universidade deveria tornar-se um centro de formação de profissionais necessários ao desenvolvimento do país. Em conformidade com isto, o curso de Pedagogia formava o técnico em educação.

No mesmo ano, a lei 5540/68, cria as habilitações. O que se pode observar é que permaneceu o modelo anterior na nova estrutura, pois o curso foi dividido em dois blocos distintos: num primeiro momento foram instituídas as disciplinas dos chamados fundamentos da educação: como história da educação, sociologia da educação, psicologia, filosofia e didática. De outro lado, eram ministradas as disciplinas das habilitações específicas. Assim, o curso formava especialistas em educação: Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Administração Escolar e Inspetor Escolar. E ainda na forma de habilitação, era ofertado a licenciatura “Ensino das disciplinas e atividades práticas dos Cursos Normais”.

Mais uma mudança ocorre em 1971. Quando a lei 5692/71 instituiu além da formação de especialistas na graduação, abriu espaço para a criação das habilitações que formam a “professora de crianças” e educação especial (deficiência auditiva e/ou mental).

A Educação Pré-Escolar foi criada na UFSC em 1980. O projeto previa a formação de especialistas em Educação Pré-Escolar, porém na prática formava professoras e não a especialista. Como se pode notar, a indefinição da identidade do profissional da educação, e neste caso mais específico da educação infantil, esteve presente desde a criação do curso e da nova habilitação.

Segundo Rivero, o objetivo deste curso, foi o de oferecer um conhecimento específico da infância e colaborar com a política governamental no incentivo a educação pré-escolar. Neste momento histórico destaca-se o fim da Ditadura Militar e a crescente industrialização do país. Em consequência disto, houve a inserção da mão-de-obra feminina no mercado fabril. Assim, tornou-se uma necessidade e uma condição para a liberação de tal mão-de-obra, o atendimento às crianças. Formar profissionais na área passou a ser de fundamental importância, uma vez que constatou-se a carência de profissionais nesta área em Santa Catarina.

## **2.2 A alteração curricular**

De acordo com o trabalho da Nelzi Flor, no período de 1980 a 1994, as alunas ingressavam no curso de Pedagogia da UFSC, através do vestibular e já escolhiam entre as habilitações: Educação

Pré-Escolar; Magistério de 2º Grau; Supervisão Escolar; Orientação Educacional; Deficiência Auditiva e Mental, oferecidas alternadamente, em cada ano.

O currículo do curso era dividido em duas partes: a primeira continha as disciplinas em comum (Psicologia, Filosofia, Sociologia, História), de acordo com uma tendência generalista, e a segunda parte era constituído pelas disciplinas específicas das habilitações, formando agora além das especialistas, a professora da pré-escola.

No período anterior a mudança curricular de 1995, a escolha da habilitação a ser cursada era feita no vestibular, o que segundo Flor, gerava uma inquietação entre as acadêmicas acerca da falta de clareza no momento da escolha. Assim, no decorrer do curso é que surgiam as dúvidas e as conseqüentes reclamações, frustrações referentes ao currículo. Somente em 95, com a reformulação, a escolha das habilitações passou a ser feita no último ano do curso. Nesse momento as alunas possuem mais clareza do que desejam, porém encontram outro problema: vagas disponíveis para todos os pedidos, ou a carência do número de alunas para preencher as vagas oferecidas.

Este currículo anterior, não tinha como formação básica o professor pesquisador e nem o docente das séries iniciais. Hoje as quatro primeiras fases do curso estão voltadas para as disciplinas generalizantes (História, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Didática) e para a iniciação à pesquisa através da disciplina “Pesquisa e Prática Pedagógica”, em que as alunas apresentam ao final, um trabalho de conclusão: a monografia. Na 5ª fase, encontram-se as Metodologias de Ensino das séries iniciais e na 6ª fase é realizado o estágio supervisionado de 1ª a 4ª série. A partir do 7º semestre, as alunas escolhem entre as habilitações: Orientação Escolar, Supervisão Escolar, Educação Especial e Educação Infantil.

Hoje o currículo inseriu a formação do docente para as série iniciais como base comum dos profissionais da educação. Foi a partir da década de 70 que iniciou-se o debate em torno desta temática central: a docência como base da identidade profissional de todo educador. Esta discussão surge de um problema real encontrado nas escolas: nenhum especialista da educação tem plenas condições de exercer sua profissão sem a experiência da sala de aula.

### **2.3 O Curso Normal Superior**

A nova Lei de Diretrizes e Bases/96, traz importantes deliberações para a formação de profissionais da educação básica. Ficou definido que não se admitiria mais o trabalho leigo para as

profissionais da educação infantil. Nesta lei, estas ainda devem se formar em nível superior nas Universidades e/ou no Curso Normal Superior, presente nos Institutos Superiores de Educação.

Com relação à formação de professoras vários tem sido os pareceres e decretos aprovados após a LDB. O decreto presidencial nº 3554 deliberou que a formação de professoras para as séries iniciais e educação infantil deve ser realizada preferencialmente nestes Institutos, enquanto que os profissionais da educação para a administração, planejamento, supervisão e orientação deverão ser formados em cursos de Pedagogia. Esta definição legal desencadeou muitas manifestações contrárias pelo Movimento em Defesa da Formação de Professores, uma vez que propõe a formação do professor das séries iniciais e educação infantil fora das universidades.

Segundo Leda Sheibe, professora do curso de Pedagogia da UFSC, *“aplaina-se o caminho para o esvaziamento do curso de pedagogia e para o sucesso das propostas que visam dele retirar a base da docência, transformando na prática em um bacharelado.”* (SHEIBE, 1999, p.230).

A desqualificação tanto do educador quanto da educação, parece ser contemplada pelo chamado Curso Normal Superior que apresenta um projeto pedagógico de 1.600 horas que podem ser cursadas em apenas 2 anos, enquanto o curso de Pedagogia forma este profissional em 3.096 horas, ou seja 4 anos. Com relação a qualificação exigida para o corpo docente *“enquanto a pedagogia, requer, pelo menos 50% dos docentes com mestrado e doutorado, o normal superior exige 10% de mestres, o que equivale ao conceito insuficiente para os padrões de qualidade da Pedagogia.”* (KISHIMOTO, 1999, p.72).

Outra problemática para estes cursos, é a separação entre teoria e prática. Enquanto os cursos de Pedagogia estão tentando superar esta fragmentação, o normal superior não dispõe de um projeto de prática de ensino que integre escolas da rede aos trabalhos acadêmicos. Toda aluna pode aproveitar o trabalho na sua escola como prática de ensino exigida no curso. Assim, a prática fica abandonada, pois é inviável acompanhar cada aluna em sua escola com projetos de trabalhos diferenciados.

Enfim, fora do contexto universitário a estudante não se beneficia da diversidade cultural propiciado pelas reflexões das diferentes ciências, além de não possuir a possibilidade de ascensão na escolaridade. De acordo com Kishimoto, *“a separação entre formação profissional e universitária gera problemas como baixa identidade do profissional, poucas expectativas de profissionalização, preconceitos, baixos salários.”* (KISHIMOTO, 1999, p.72).

As alterações estruturais e as medidas políticas adotadas para a educação das crianças de 0 a 6 anos, nos levam a refletir sobre a importância das discussões acerca deste “novo” profissional formado em nível superior. Neste caso, é relevante conhecer a repercussão destas mudanças na atuação profissional das egressas do curso de Pedagogia.



### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste momento é interessante retomar a pergunta orientadora deste trabalho: Qual a inserção das alunas egressas do Curso de Pedagogia da UFSC no mercado de trabalho, no sentido de conhecer até que ponto as alunas atuam profissionalmente na área em que se formam. Estarão elas atuando nas séries iniciais do ensino fundamental ou na educação infantil?

#### **3.1 Definição da Amostra**

Passados sete anos desde a redefinição do currículo do Curso de Pedagogia, selecionamos as cinco primeiras turmas formadas a partir de 1998, e até o momento da elaboração deste projeto de Iniciação Científica, ano de 2001. Deste modo, procuraremos investigar onde estão trabalhando estas profissionais que se formaram após 95 na habilitação Educação infantil, nos semestres 98.2, 1999.1, 1999.2, 2000.1, 2000.2.

#### **3.2 Procedimentos**

##### 3.2.1 Revisão Bibliográfica:

O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação de 0 a 6 anos, vem desenvolvendo pesquisas em torno de eixos temáticos com relação a qualidade da Educação infantil. O Núcleo existe desde 1990, junto ao Centro de Ciências da Educação (CED), cujo principal objetivo é consolidar um espaço de reflexão que possibilite o avanço do conhecimento e o aprofundamento das investigações sobre educação infantil.

A partir destes objetivos, foi definido três núcleos temáticos em torno dos quais tem sido desenvolvidos projetos de pesquisa como os de iniciação científica, mestrado e doutorado. São os seguintes temas:

- Histórico e Política das instituições de Educação Infantil;
- Teoria e prática pedagógica;
- Identidade e formação dos profissionais de Educação Infantil.

Esta pesquisa, inserida neste último eixo temático, pretende aprofundar a discussão em torno da formação de professores para a educação infantil junto aos cursos de Pedagogia. Para isto, a revisão bibliográfica deste trabalho se deu em pelo menos duas direções. De um lado realizei um estudo teórico da Educação infantil e da formação dos profissionais em nível superior. De outra forma

mais específica, utilizei os trabalhos de Andrea Rivero e Nelzi Flor para conhecer melhor como vem se constituindo o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

### 3.2.2 A busca pelas ex-alunas:

Para o início desta pesquisa era preciso saber quem e quantas eram estas ex-alunas. Como primeiro passo, fui até o Departamento de Administração Escolar da UFSC (DAE) solicitar a lista de formandas do curso nos anos 1998, 1999 e 2000. Para isso foi exigido um ofício redigido e assinado pela professora orientadora desta pesquisa, Ana Beatriz Cerisara. Com este documento em mãos, pude ter acesso a este material, porém não específico das formandas da habilitação Educação infantil, mas sim de todo o curso. Assim, fui até a Coordenadoria do Curso de Pedagogia, onde tive a oportunidade de obter a lista que me interessava. Realizei o cruzamento de informações daquelas formadas no curso e daquelas que escolheram a Educação infantil.

Dessa forma, pude ter acesso a um dado concreto. Durante o período de 1998 e 2000, foi constatado um número de 110 alunas formandas em Educação infantil, distribuídas entre os semestres conforme exposto na tabela abaixo:

| <b>Semestre</b> | <b>Número de formandas</b> |
|-----------------|----------------------------|
| 1998.2          | 13                         |
| 1999.1          | 18                         |
| 1999.2          | 32                         |
| 2000.1          | 19                         |
| 2000.2          | 28                         |
| TOTAL           | 113                        |

Na busca por estas informações, surge também outro dado muito importante: os endereços destas ex-alunas para o envio dos questionários. As listas conseguidas no DAE e na Coordenadoria do curso possuíam alguns endereços e telefones, porém nem todos atualizados. Em consequência disto, inicia um outro momento da pesquisa: a busca por endereços por meio de ligações. A partir daí, consegui atualizar cerca de 70 endereços.

Continuando esta busca, realizei um cruzamento de dados com uma outra pesquisa intitulada: “Professores egressos do curso de Pedagogia: como constrói seus saberes sobre educação e cuidado das crianças de 0 a 3 anos em espaços coletivos”. A autora deste trabalho é a mestrande Patrícia Demartini, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação na UFSC. Uma de suas metodologias de trabalho é a realização de entrevistas com as ex-

alunas da Educação infantil, e para isto precisou algumas vezes dirigir-se a residência da entrevistada, possibilitando assim uma troca de informações entre as duas pesquisas.

### 3.2.3 Instrumento de pesquisa: coleta de dados

Para coleta de dados, foi elaborado um questionário que foi enviado pelo correio para as egressas do curso. Em um primeiro momento, construí um roteiro com questões a partir da minha visão pessoal. Estas perguntas iniciais foram discutidas e refletidas com a orientadora desta pesquisa, e com a mestrande Patrícia Demartini, cujo trabalho pode colaborar muito com este.

A partir daí fizemos uma relação com o estudo de Nelzi Flor, onde esta procurou investigar o perfil das formandas, através de um questionário aplicado em agosto de 1995 com as formandas do curso (8ª fase), habilitação Educação Pré-Escolar da UFSC. Foi enviado também um outro questionário voltado para as profissionais formadas no curso de Pedagogia, habilitação Pré-Escolar da UFSC, localizadas em uma amostra de 20% das instituições de atendimento infantil.

Reelaboramos o questionário, com base no trabalho de Nelzi Flor, e aplicamos a três ex-alunas como um estudo exploratório, com o objetivo de receber contribuições, dúvidas e opiniões. Fizemos as reformulações necessárias e enviamos para 90 egressas do curso. O questionário<sup>4</sup> é composto de 28 questões objetivas e 5 discursivas, onde se encontram primeiramente dados de identificação e formação acadêmica, questões sobre a experiência profissional atual e anterior, assim como opiniões acerca da formação no curso de pedagogia da UFSC.

Concomitante a esta coleta de dados, presenciamos a realização de um Concurso Público para docentes da Prefeitura Municipal de Florianópolis, realizado em janeiro de 2002, com o objetivo de selecionar profissionais para atuar na educação infantil. Na seleção realizada foi aplicada às candidatas uma prova com 30 questões do tipo objetivas, incluindo conhecimentos gerais sobre Educação e conhecimentos específicos para o cargo pretendido. Após, a prova discursiva composta de 2 questões também envolveu conhecimentos gerais e específicos. Por fim a prova de títulos, onde foram avaliados diplomas de graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado.

As temáticas exigidas para esta categoria na realização da prova de conhecimentos específicos foram: a educação infantil e o seu papel social; o educar e cuidar; as necessidades das crianças de 0 a 6 anos e suas características; a organização do tempo e do espaço; a nutrição, a higiene das crianças de 0 a 6 anos e enfim, os princípios que fundamentam a prática na educação infantil.

Foram oferecidas 50 vagas para as professoras de Educação infantil com carga horária de 20 horas semanais. De posse da lista das aprovadas foi possível identificar 49 ex-alunas da Universidade, formadas em Pedagogia - Habilitação Educação infantil. Este dado pode nos mostrar o grande interesse destas profissionais em trabalhar na área em que se formaram.

---

<sup>4</sup> Ver anexo.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste item, proponho realizar a análise dos dados obtidos a partir de 27 questionários respondidos e devolvidos, totalizando 30% dos formulários enviados. Observa-se portanto, que estes resultados referem-se a uma amostra, um recorte da realidade e assim, apontam tendências e não definições.

Para melhor discutir as questões presentes nestes questionários, este item encontra-se dividido em quatro grandes tópicos: os dados pessoais das egressas da UFSC; os dados referentes a formação em nível fundamental, médio e superior, a experiência profissional e por fim o que fazem, onde estão e em que trabalham estas profissionais.

##### **4.1 Perfil das egressas da UFSC**

A proposta inicial desta pesquisa foi traçar um perfil das egressas do curso de Pedagogia da UFSC, habilitação educação infantil, dos anos 1998, 1999 e 2000, por serem as primeiras formandas após a reformulação curricular de 1995.

As ex-alunas encontram-se entre a faixa-etária de 20 a 30 anos representado por 82% da amostra. Este dado nos revela a presença de profissionais bem jovens que procuram formação superior mais cedo, onde apenas cinco (5) daquelas que responderam ao questionário possuem mais de 30 anos.

Observando os resultados, 100% das ex-alunas são mulheres. Este dado é de fundamental importância para a análise da identidade desta profissão, uma vez que na sua história tem sido evidenciado a predominância feminina no trabalho junto as crianças pequenas.

Nelzi Flor(1996), entrevistou em sua pesquisa, as egressas encontradas na rede de Florianópolis atuando nos anos de 1993/1994, totalizando 6 profissionais, das quais obteve 5 formulários respondidos. Observou a presença unânime de mulheres entre 31 e 37 anos de idade. É interessante ressaltar aqui, que as egressas pesquisadas por Nelzi, são formandas dos anos de 1983, 1987 (a maioria delas) e 1990, portanto no mínimo de 12 anos atrás.

Para melhor analisar esta inserção predominante de mulheres em instituições de educação infantil, é importante perceber as contribuições de duas pesquisas. Uma delas é a tese de doutorado de Ana Beatriz Cerisara, realizada em 1996 e denominada "*A construção da identidade das profissionais de educação infantil: entre o feminino e o profissional*". Temos também, a dissertação de mestrado

realizada em Porto Alegre por Maria L. R. Flores, intitulada *“Conversando com educadoras de Berçário: relações de gênero e de classe na Educação Infantil”*, concluída em 2000.

O trabalho de Cerisara(1996) apresenta dados sobre as profissionais que trabalhavam na Rede Municipal de Florianópolis, trazendo muitas questões, tais como o diagnóstico de creches e pré-escolas; a construção da identidade de gênero e profissional; a relação entre as diferentes raças; relações entre creche e escola; relação entre família e creche; entre ser professora e mãe; entre auxiliares de sala e professoras; entre efetivas e substitutas; e por fim, levantou questões sobre a formação e a experiência profissional. Sua principal questão foi buscar a caracterização/identidade do ser professora na educação infantil; quais as suas competências e como deve ser formada esta profissional.

Em suas considerações finais, a autora percebeu como se dá a contaminação das práticas femininas domésticas na prática profissional das mulheres que atuam em creches. Como afirma Cerisara, diferentemente dos homens *“a educadora de meninos e meninas de 0 a 6 anos, situa-se em um universo feminino que se apresenta desvalorizado em relação ao que se convencionou chamar de universo masculino, cujo modelo de trabalho é tido como racional ou técnico e onde predominam relações de impessoalidade nos espaços públicos.”* (CERISARA, 1996, p.160). Desse modo, foi possível perceber que a identidade da profissional que atua na educação infantil é permeada por um conflito entre os papéis de mãe e professora. Cerisara(1996), conclui que há uma positividade na convivência social das crianças com homens e mulheres para a construção social e corporal dos modos masculinos e femininos socialmente definidos.

Flores (2000) pesquisou educadoras e educadores que atuavam junto às crianças de 0 a 2 anos em Escolas Municipais Infantis de Porto Alegre–RS (EMIs). Para isto, realizou discussões sobre relações de gênero e classe social, assim como entrevistas com os profissionais, percebendo além da presença de mulheres, a recente entrada de educadores homens nas EMIs. Conhecendo o histórico desta profissão, a pesquisadora afirma que *“as mulheres têm assumido a guarda, o cuidado e a educação das crianças pequenas, ocupando certas posições entendidas como de retaguarda; oferecedoras de suporte à ação masculina efetivada, em sua quase totalidade, em espaços públicos longe do lar, das crianças e das preocupações concernentes à vida doméstica.”* (FLORES, 2000, p.04).

Flores levanta duas questões interessantes acerca da identidade da professora de educação infantil. A partir das deliberações legais da nova Lei de Diretrizes e Bases/1996, a criança de zero a seis anos é entendida como uma aprendiz desde o seu nascimento, portanto a única condição de ser mulher não é mais suficiente para este trabalho, é preciso ter uma formação específica.

A segunda questão refere-se ao atual panorama das relações no mercado de trabalho, onde homens e mulheres são igualmente afetados. Assim, *“as mulheres já há algum tempo, por interesse*

*próprio ou imposição econômica, ausentam-se do lar e disputam postos no mercado de trabalho nas mais variadas áreas. Os homens pelos mesmos motivos, compartilham no nível doméstico as lidas da casa e o cuidado com os filhos. Mais recentemente os homens, em âmbito social, começam a candidatar-se ao trabalho remunerado junto aos filhos de outros.” (IDEM, p.05).*

É importante colocar aqui, que entre os(as) egressos(as) do curso de Pedagogia, habilitação educação infantil nos anos de 1998, 1999, 2000, haviam três homens. Isto é, estes homens se formaram em Pedagogia, educação infantil, o que nos leva a observar uma pequena e lenta inserção dos homens neste campo de interesse. No entanto, não obtivemos seus formulários respondidos, portanto não se pode afirmar onde se inserem estes no mercado de trabalho.

Quando foi questionado às egressas sobre os motivos que as levaram a ingressar no curso de Pedagogia e na habilitação educação infantil, as respostas indicaram diferentes razões. Algumas - 26% - apresentaram nas suas colocações a influência da família, a baixa concorrência para passar no vestibular, falta de opção, obtenção do diploma de nível superior; outras - 18% - revelaram o interesse pelo curso devido ao amplo e boas oportunidades no campo de trabalho principalmente com relação à educação infantil; a maioria das respostas, 66% delas, indicaram a afinidade, identificação, gosto pela área, ou ainda, como forma de continuar atuando e complementar a formação no Magistério.

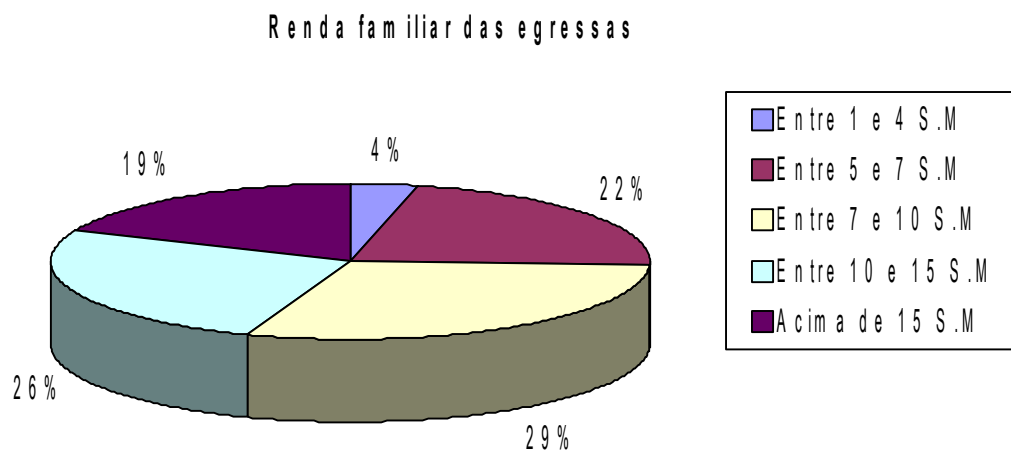
A partir da explicitação destes dados, constata-se a predominância feminina nesta profissão evidenciando traços do discurso social que considera “adequado” a presença de mulheres na prática com crianças pequenas. Daí, muitas vezes a escolha profissional estar atrelada a fatores como influência da família, falta de opção, baixa concorrência e vocação. Cerisara(1996) apresenta em sua tese, a partir das falas de auxiliares de sala e professoras, a dificuldade que estas encontram para separar na prática, a maternagem e o trabalho doméstico em suas ações como profissionais de educação infantil. Por outro lado, grande parte das respostas que demonstram afinidade, gosto pela área e identificação pela profissão, evidenciam elementos de uma escolha e desejo profissional.

Com relação ao estado civil e a estrutura familiar, predominam uma estrutura de família nuclear (refere-se à unidade familiar com homem, mulher e filhos), em que ora as egressas apresentam-se como filhas solteiras morando com os pais e sem filhos e ora como mães e casadas. Foi possível observar ainda que 55% são solteiras e 37% casadas. O elevado número de egressas solteiras, pode ser um indício das mudanças ocorridas na atual conjuntura de algumas famílias, em que a nova geração encontra maior dificuldade de independência, estabilidade profissional e financeira, permanecendo durante muitos anos na casa dos pais, mesmo após a formação em nível superior.

Temos ainda duas egressas em que estado civil declarado não corresponde à estrutura familiar. Uma delas se autodenomina “amasiada”, ou seja mora com companheiro e filho há muitos anos. A outra egressa é solteira, mas assinala que mora com marido e filho. Pode-se notar a pequena

expressão entre as egressas de situações irregulares como estas apresentadas, os dados mostraram que de um modo geral existe a correspondência exata entre o estado civil declarado e a organização familiar.

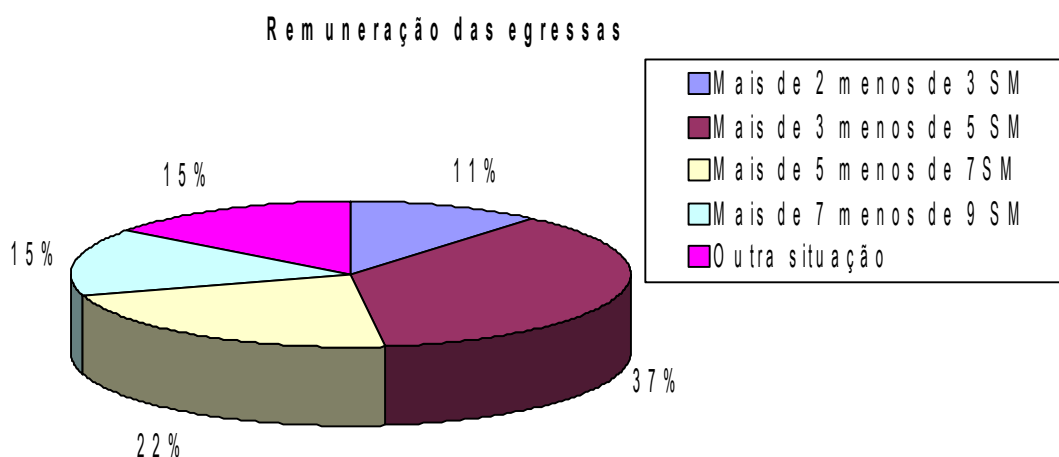
Conhecendo a renda familiar<sup>5</sup> destes sujeitos, podemos obter um dos indicadores da classe social a que pertencem. Os resultados demonstram que há uma grande variação entre as egressas com relação a renda familiar, portanto não temos uma predominância de uma determinada renda sobre as outras. Desta forma, 4% possui renda familiar entre 1 e 4 salários mínimos (1); 22% entre 5 e 7 salários mínimos (6); 29% possui renda familiar entre 7 e 10 salários mínimos (8); 26% entre 10 e 15 salários mínimos (7); e 19% possui renda familiar acima de 15 salários mínimos (5). As informações sobre a renda familiar podem ser visualizadas a seguir:



Relacionando estes dados com a remuneração de cada uma, é possível ter uma idéia de quem possui o papel de “chefe da família”, ou seja, assume as maiores despesas da casa, uma vez que possui a maior remuneração. É bom lembrar que a grande maioria delas mora com os pais ou com o marido. Poucas são aquelas que assumem o papel de “chefe da família”. Observamos que quatro possuem a maior remuneração da casa, sendo que duas destas moram sozinhas e as outras duas moram com marido, inclusive com filhos.

<sup>5</sup> A renda familiar e a remuneração das egressas tem como base o salário mínimo de R\$ 180,00.

A remuneração mais elevada fica entre 7 e 9 salários mínimos, totalizando 15%. Apenas 3 delas recebem mais de 2 e menos de 3 salários mínimos, configurando a mais baixa remuneração. Entre as 27 egressas, 37%, portanto a maioria, recebe mais de 3 e menos de 5 salários mínimos seguido de 22% que possui remuneração entre 5 e 7 salários mínimos, como mostra o gráfico:

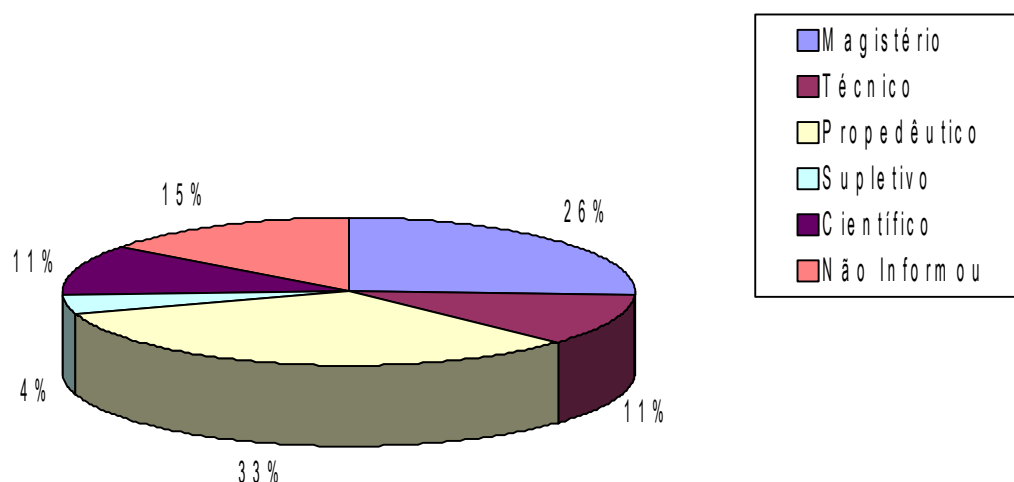


#### **4.2 Formação das egressas**

Com relação a formação das egressas, 78% formaram-se no ensino fundamental em instituições públicas e o restante em instituições privadas. Percebe-se que no ensino médio a relação se modifica um pouco. Enquanto que no ensino fundamental a diferença entre ensino público e privado é gritante, no ensino médio 44% formaram-se em instituições privadas e o restante em públicas, o que evidencia uma passagem destes sujeitos para este tipo de instituição educacional.

O gráfico a seguir demonstra o tipo de formação das egressas no ensino médio:

### Formação das egressas no Ensino Médio



Os dados revelam que 26% formaram-se em Magistério (7); 33% no ensino Propedêutico (9); 11% no ensino Técnico (3); 11% no ensino Científico (3); 4% no Supletivo (1) e o restante não foi informado.

Relacionando estes dados com a questão já levantada sobre o motivo que influenciou na escolha do curso de Pedagogia e a habilitação educação infantil, verificou-se que algumas delas pretendiam complementar/aprofundar a formação referindo-se ao Magistério. As respostas confirmam esta análise, uma vez que boa parte das ex-alunas formaram-se no Magistério antes de ingressarem na Pedagogia.

Das 27 profissionais, 40% possuem um intervalo de 1 a 2 anos entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no ensino superior e 25% ingressou logo após o término no ensino médio, passando portanto no primeiro vestibular. Foi possível perceber também que 15 delas ingressaram no curso após a LDB promulgada em 1996. Desse modo, conhecendo estes dados é pertinente nos questionarmos se estas procuraram o curso de Pedagogia devido a deliberação de que seria obrigatória a tal formação em 10 anos, ou seja, até 2007, para atuar na educação das crianças de 0 a 6 anos.

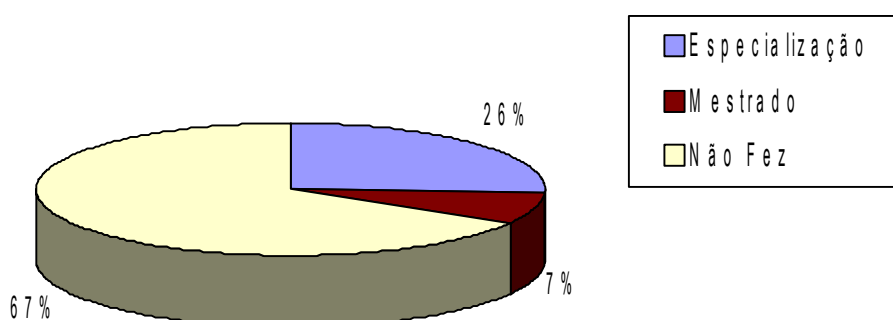
No caso das outras egressas, a diferença foi maior, levando mais tempo para o ingresso no curso em nível superior, de 3 à 12 anos. Este dado também salienta uma questão: Será que isto indica a presença das ex-alunas no mercado de trabalho e posterior interesse na formação no ensino superior?

No que se refere a opção no vestibular, 67% ingressou no curso como sua primeira opção e 33% como sua segunda opção. Comparando estes resultados com os dados obtidos na pesquisa de

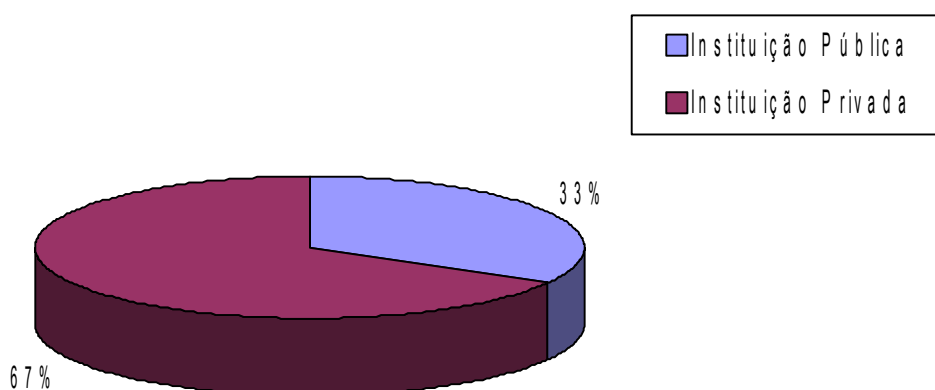
Nelzi Flor (1996), permanece desde então pela maioria a opção do curso de Pedagogia em primeiro lugar.

Ao questionarmos sobre a continuidade da formação destas egressas, observamos o interesse em cursos de pós-graduação. Das 27 ex-alunas da UFSC, 26% concluíram cursos de especialização (7) e 7% possuem a titulação de mestres em educação (2). É importante salientar que a grande maioria das egressas que concluíram os cursos de especialização, o fizeram em instituições privadas, o que pode ser explicado pelo fato de que o programa de pós-graduação em educação da UFSC não tem oferecido este tipo formação. No entanto aquelas que concluíram o mestrado, o fizeram na UFSC, talvez por ser a única agência pública que oferece curso de Mestrado e Doutorado em educação, em Florianópolis. Os gráficos abaixo ilustram esta análise:

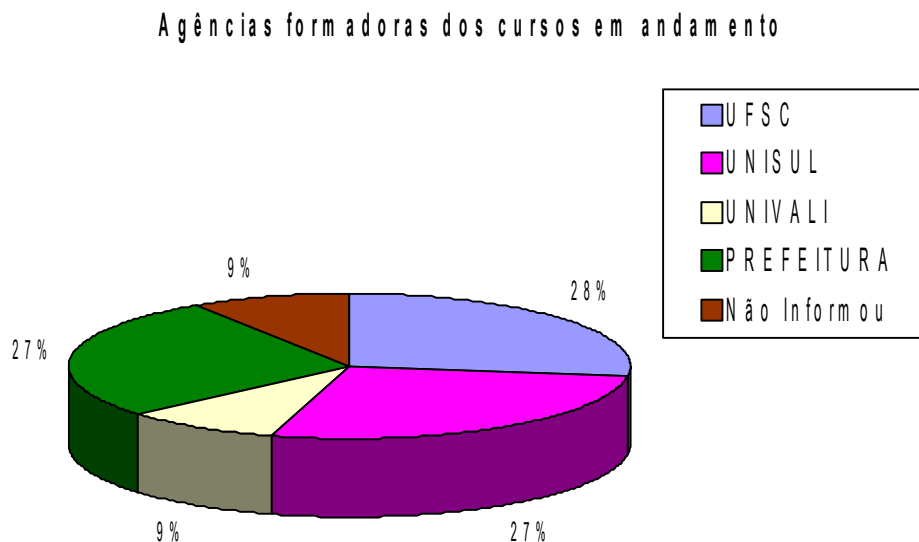
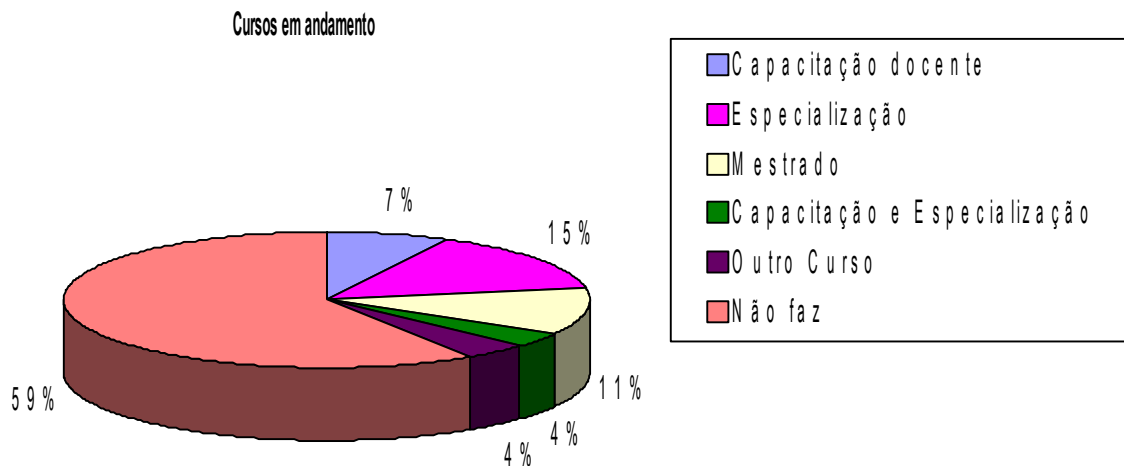
Cursos de pós-graduação concluídos pelas egressas



Tipo de instituição dos cursos de pós-graduação concluídos pelas egressas



Com relação aos cursos em andamento, 15% do total estão cursando especialização distribuídas entre as universidades privadas da grande Florianópolis (UNISUL e UNIVALI). Na UFSC, 11% delas cursam mestrado em educação (3), 7% realizam capacitação docente oferecida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (2), apenas uma faz ao mesmo tempo capacitação e especialização e outra realiza outro tipo de curso. É possível perceber aqui como no caso anterior, a permanência de agências formadoras de iniciativa privada para os cursos de especialização e instituições públicas com relação ao mestrado. Estes dados podem ser melhor visualizados nos gráficos a seguir:



Apesar de os dados denunciarem uma grande parcela das egressas fora dos cursos de pós-graduação, de outro lado observa-se que algumas demonstram interesse pela ascensão da escolaridade e conseqüente melhor qualificação na educação das crianças pequenas. Dessa forma, revelou-se a importância da reforma curricular em 1995, em que foi inserido nas quatro primeiras fases do curso a disciplina PPP (Pesquisa e Prática Pedagógica) com um total de 12 créditos cujo objetivo é a formação do professor-pesquisador por meio da construção de um trabalho a partir de uma problemática de pesquisa, fundamentação teórica, ida à campo e análise dos dados.

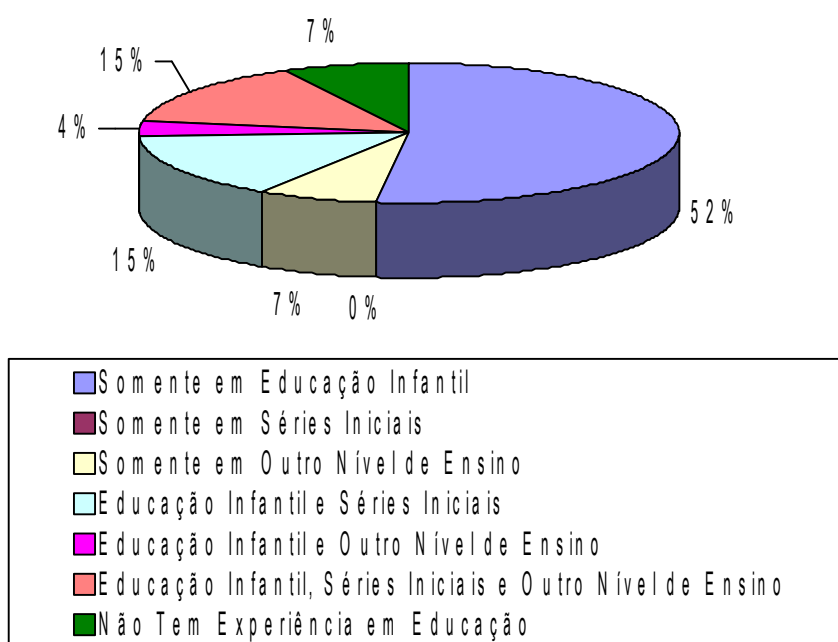
Estas constatações podem ser relacionadas com os resultados da pesquisa de Nelzi Flor(1996), em que pode verificar a ausência de egressas com mestrado atuando nas instituições municipais de educação infantil em Florianópolis. Isto é, anteriormente a reforma curricular não foi possível observar o interesse por parte das egressas em ascender na escolaridade, bastando a formação na graduação para o exercício profissional.

#### ***4.3 Experiência profissional das egressas***

Antes de tomarmos conhecimento de onde estão e o que fazem as ex-alunas do curso de Pedagogia, é importante remeter à trajetória profissional destes sujeitos. Os resultados revelam que 86% declaram ter experiência em educação infantil, ou seja, 23 das 27 que responderam ao questionário. É importante deixar claro que este dado não se refere a experiência **somente** com educação infantil, pois muitas delas já atuaram neste nível educacional, nas séries iniciais e em outros níveis, portanto assinalaram mais de um item. Da mesma forma, 28% já atuou nas série iniciais (8) e 24% trabalhou em outro nível de ensino (7).

Após a exposição destes dados, é interessante conhecermos também aquelas que possuem experiência somente em educação infantil, somente em séries iniciais ou somente em outro nível de ensino. Além disto, é relevante conhecer aquelas que atuaram em dois destes níveis ou em todos eles e aquelas que não possuem experiência em educação. O gráfico abaixo pode demonstrar estas colocações:

Experiência profissional das egressas



Analisar estes dados é importante para que possamos saber se a nova configuração curricular que possibilita às egressas do curso trabalharem tanto com séries iniciais quanto com educação infantil trouxe conseqüências para o seu exercício profissional. No caso analisado, percebe-se que predomina o exercício profissional na área da habilitação educação infantil.

Destas que já atuaram na área educacional, 48% trabalharam como auxiliares de sala (13), 18% como professoras (5) e apenas 4% como coordenadora pedagógica (1). Neste contexto em que um número expressivo de egressas já atuou como auxiliar de sala, realizar o curso de Pedagogia parece significar para muitas egressas um avanço na carreira, pois implica na passagem do cargo de auxiliar de sala para o de professora. Vale a pena refletirmos um pouco sobre como vem se constituindo a especificidade desta profissional.

Com relação ao tempo que exerceram as funções apresentadas acima, 33% trabalhou menos de 1 ano (9) e 30% entre 1 e 3 anos (8). Estes dados indicam que as egressas atuaram como auxiliares mesmo após a formação no curso superior. Podemos relacionar isto a deliberação da nova LDB/96 em que a partir de então todos os profissionais que atuam diretamente com as crianças de 0 a 6 anos deverão ter formação específica e serão denominados professores.

Cerisara (1996) pesquisou em sua tese sobre as duas categorias diferentes de profissionais que atuam com as crianças (professor e auxiliar de sala), buscando compreender a existência ou não de uma hierarquização entre estas profissionais. Constatou que a *“hierarquização tem sido evidenciada através de indicadores concretos, tais como formação, carga horária semanal de trabalho, salário.”*

(CERISARA, 1996, p.120). Segundo a autora, o cargo de auxiliar de sala foi criado em 1982 e desde então passou-se a exigir uma formação mínima e remuneração de 2 salários mínimos.

Patrícia Demartini, anteriormente citada neste relatório, realiza uma pesquisa no Programa de Pós-graduação da UFSC, que objetiva investigar como o curso de Pedagogia instrumentaliza as profissionais para exercer sua função e entender como as professoras constroem seus conhecimentos sobre a educação e cuidado de meninos e meninas de 0 a 3 anos de idade em espaços coletivos. Para isso, privilegiou o ponto de vista das egressas do curso de Pedagogia, habilitação educação infantil da UFSC formadas nos semestres de 1998 a 2000 exatamente por serem professoras formadas após a reformulação curricular feita no curso em 95. De posse do seu trabalho para qualificação do projeto, foi possível obter algumas questões acerca das auxiliares de sala.

Demartini (2002) buscou no Departamento de Administração Escolar da Secretaria Municipal de Florianópolis a informação de que está sendo criada uma outra categoria profissional para atuar na educação infantil, o **professor auxiliar**, sendo que a formação mínima exigida para este cargo é o curso superior – licenciatura plena. A carga horária deste professor auxiliar é de 30 horas semanais e a do **professor regente** varia entre 20 ou 40 horas.

Com relação ao trabalho e a função,

o professor auxiliar diferencia-se do professor regente 'por não ser sua a responsabilidade' de planejar o tempo e o espaço da crianças, de registrar, avaliar o grupo de crianças, enfim, este profissional acaba por assumir as funções exercidas até então pelas auxiliares de sala. Ao seu salário base é incorporado 30% de Hora Atividade (H.A.), as quais são para garantir a participação destas profissionais em reuniões de pais, reuniões extras e eventuais horas extras que exijam a dedicação deste. (DEMARTINI, 2002, p.37).

Esses dados evidenciam que a problemática em torno da profissional que atua junto às crianças em creches e pré-escolas, a partir das definições encaminhadas pela LDB de 1996, têm recebido por parte das prefeituras municipais as mais diferentes interpretações<sup>6</sup> que têm resultado em ações muitas vezes questionáveis como no caso do município de Florianópolis.

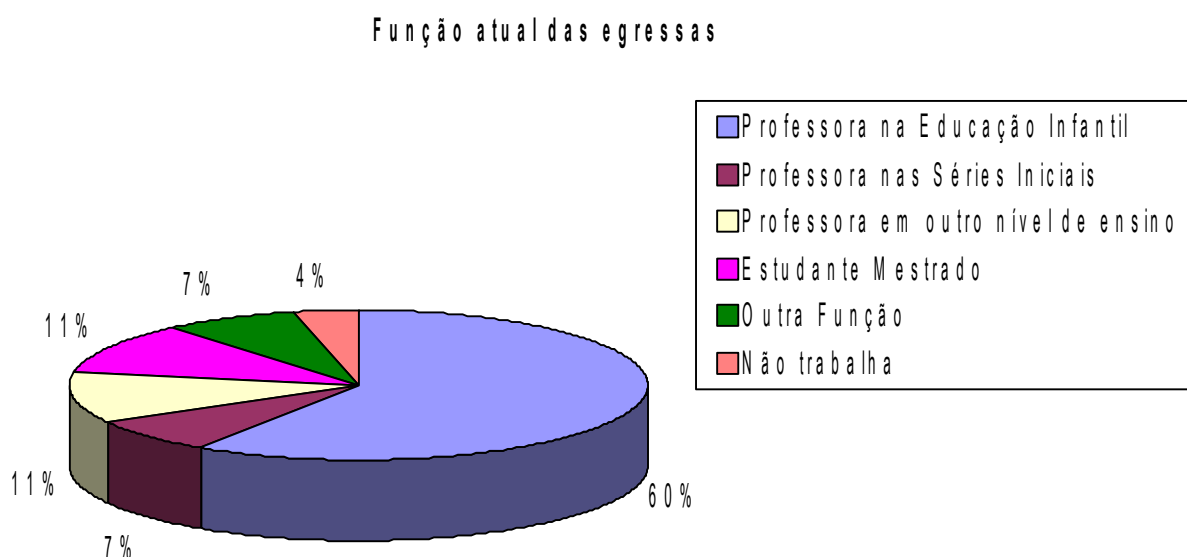
Com relação a faixa-etária com que trabalharam, nota-se um número expressivo de egressas que já atuou junto as crianças de 0 a 6 anos. Destas, a maioria delas, ou seja, 22 trabalharam com crianças de 4 a 6 anos e 15 com crianças de 0 a 3 anos. Este dado é importante para saber se

permanece na área a concepção de que quanto menor as crianças, menor deve ser a formação da profissional que com elas trabalham, o que leva muitas instituições a escolher as profissionais com maior nível de formação a trabalhar com as crianças com maior faixa etária.

#### 4.4 Afinal, onde e em que trabalham as egressas?

Neste momento é importante retomarmos o objetivo principal desta pesquisa: investigar qual a inserção das ex-alunas do curso de Pedagogia da UFSC no mercado de trabalho. Deste modo, questionamos: onde estão atuando estas egressas? Na educação infantil ou nas séries iniciais? Persistimos nesta última pergunta, uma vez que a reformulação curricular de 95 inseriu além da habilitação escolhida pelas alunas, a formação base para a docência das séries iniciais.

Os dados colhidos a partir dos 27 questionários respondidos, demonstram que apesar desta mudança curricular, grande parte das egressas atuam na área da educação infantil. O gráfico a seguir pode mostrar como encontram-se as egressas no mercado de trabalho:



Como pode ser observado, 60% das egressas atuam como professoras na área da Educação infantil, 11% trabalham como docentes em outro nível de ensino e ainda 11% são estudantes de mestrado. A partir disto, é preciso rever a hipótese inicial deste trabalho. Com a reformulação curricular

<sup>6</sup> Sobre isso ver Campos, 2002.

que inseriu a docência para as séries iniciais como base de toda a formação do pedagogo na UFSC, supunha-se que estas profissionais estariam ou na educação infantil ou nas séries iniciais, no entanto, os dados da amostra revelam que um percentual maior delas atuam mais como professoras na educação infantil ou em outro nível de ensino e também como estudantes de mestrado. Desse modo, a atuação nas séries iniciais do ensino fundamental ficou em terceiro lugar com apenas 7%. Estes resultados indicam também a necessidade de investigar a situação das outras habilitações oferecidas pelo curso de Pedagogia da UFSC, a fim de conhecer a inserção das orientadoras, supervisoras e das profissionais da educação especial no mercado de trabalho, uma vez que estas também fazem parte da mudança do currículo em 95.

Com relação a isto, o Projeto *“Fala Pedagogia”* investigou as primeiras experiências profissionais das egressas de todas as habilitações oferecidas. Retornaram apenas 20% dos formulários enviados e uma das questões refere-se a escolha da habilitação pelas egressas do curso. As respostas mostraram que a maior parte optou pela habilitação Educação Infantil, e as demais dividiram-se entre as habilitações Educação Especial e Orientação Educacional. Quando foram questionadas a respeito da atuação profissional, a maioria delas revelou que trabalha como docente na área da educação infantil, algumas são estudantes de mestrado e poucas são integradoras na educação especial. Este último dado vem confirmar a escolha realizada pelas egressas com relação a sua habilitação, uma vez que a grande maioria preferiu atuar junto às crianças de 0 a 6 anos.

Os dados levantados por esta pesquisa são preliminares com relação as egressas do curso, pois ainda não foram concluídos. Apesar disto, comparando os resultados, estes indicam que a maior parte das profissionais formadas na UFSC atuam na área da educação infantil como professoras e muitas delas na rede municipal.

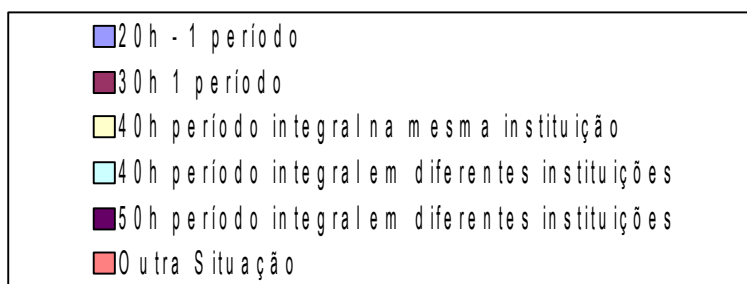
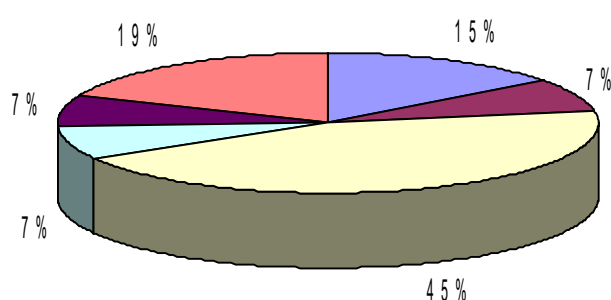
É relevante destacar que todas as egressas que responderam ao questionário atuam como professoras, confirmando a base docente que se propõe com a formação. Estes dados evidenciam uma alteração na rede uma vez que, segundo Cerisara no período de sua investigação – 1996, as profissionais com formação em nível superior Pedagogia, habilitação educação infantil, por apresentarem uma formação mais específica na área, assumiam cargos administrativos e técnico-pedagógicos. Isto quer dizer que, atualmente, mesmo com formação mais qualificada, as egressas estão atuando diretamente com as crianças.

Comparando os resultados da atual pesquisa com os dados de Nelzi Flor (1996), nota-se uma mudança significativa, pois o seu trabalho demonstrou tal como Cerisara que a maioria das profissionais eram especialistas, ou seja, trabalhavam como coordenadoras e diretoras em instituições de educação infantil.

Com relação ao tempo de atuação na instituição em que trabalham, constatou-se que a maior parte das professoras de crianças de 0 a 6 anos estão nesta instituição há menos de um ano e somente quatro atuam há mais tempo, 1 a 3 anos. Relacionando com as experiências anteriores na área educacional, a maioria delas trabalhou como auxiliares de sala e vieram a se efetivar como professoras por meio do Concurso Público realizado em janeiro do corrente ano.

Relacionado a carga horária de trabalho, apresentamos os seguintes resultados:

Carga horária de trabalho atual das egressas



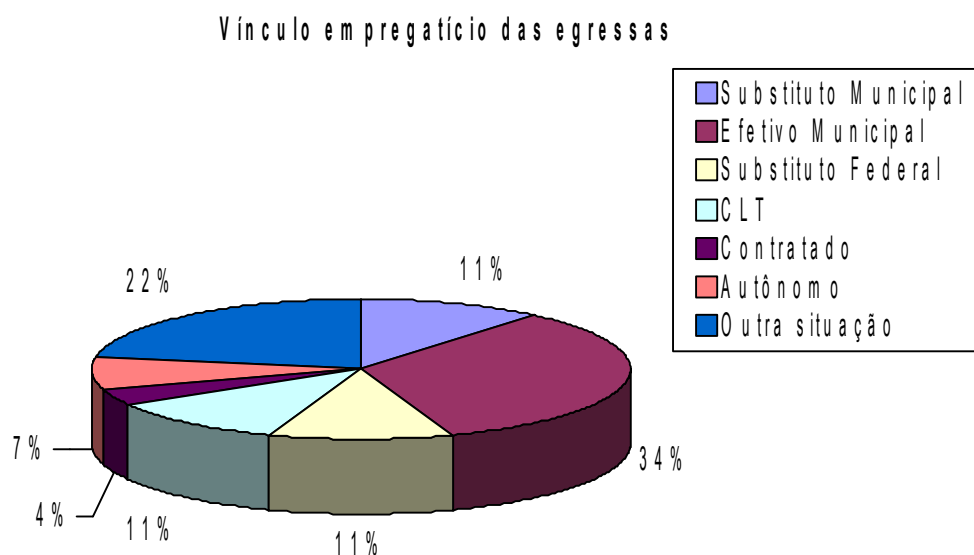
Nota-se que ocorreu uma predominância de profissionais atuando em período integral (40 ou 50 horas semanais), ou seja, 59% da amostra. Este dados levam a pensar e questionar se isto é realmente uma escolha ou uma necessidade destas egressas. Sabemos que o trabalho com crianças pequenas exige muito esforço físico e disponibilidade de tempo para estudos e planejamento. Neste sentido, torna-se um desafio permanecer 40 ou 50 horas semanais diretamente com as crianças. Daí a pergunta se isto ocorre por desejo próprio ou imposição das condições atuais do mercado, em que torna-se necessário elevar a carga horária de trabalho para um aumento na remuneração.

Quanto a faixa-etária com que as egressas atuam, percebemos que muitas profissionais que trabalham por 40 horas, atuam com dois grupos de diferentes idades (20 horas com cada turma). Portanto, algumas das profissionais foram contadas duas vezes. Nesse sentido, foi possível notar que 29% das professoras trabalham junto a crianças com mais de 4 e menos de 7 anos (12); 19% com crianças menores de 2 anos (8); 14% com adultos (6); 14% junto a crianças entre 2 e 4 anos (6) e por

fim 7% nas séries iniciais com crianças entre 7 e 10 anos de idade. É possível observar que apesar da predominância na atuação com crianças entre 4 e 6 anos, as egressas distribuem-se entre as faixas etárias, não havendo uma diferença gritante entre elas. Demartini (2002), evidenciou em seus dados preliminares, que tanto em relação as professoras de crianças de 0 a 3 anos, quanto as professoras de crianças de 4 a 6 anos, destaca-se a formação destas em nível superior, embora o número de professoras formadas em nível médio esteja muito próximo.

Ainda com relação a faixa-etária, estes dados parecem indicar uma tendência inversa ao que se pensava, podendo ser justificada pela existência do mesmo salário no trabalho com qualquer faixa-etária ou pelo desejo das egressas em atuar com os bebês. Neste caso, não podemos dizer que a preferência das profissionais se concentram totalmente no trabalho com crianças entre 4 e 6 anos porque possibilita um maior “status social” - apesar do número mais elevado comparado com as outras idades.

Na análise do vínculo empregatício, constatou-se a predominância de profissionais efetivas municipais, o que mais uma vez confirma o ingresso na Prefeitura Municipal de Florianópolis, por meio do Concurso Público. Para melhor visualizar este quadro, apresento o gráfico:



A partir desta exposição, nota-se que 34% possuem o vínculo efetivo municipal (9) e 11% substituto municipal (3). Foram encontradas ainda 11% como substitutas federais (3); 11% contratadas a partir da CLT (3); 7% trabalhando como autônomas e apenas 4% atuando nas séries iniciais em instituição privada (1), portanto contratada. Pode-se notar a pouca expressão de egressas da UFSC em

instituições particulares, o que pode indicar duas coisas: estas instituições não contratam profissionais de nível superior, ou oferecem salário baixo e pouca estabilidade.

Então, de um modo geral, os dados revelam uma maior concentração de egressas atuando em instituições da rede municipal, poucas em estaduais e federais e menos ainda em instituições particulares. Isto nos leva a concluir que há uma preferência em atuar no município e, deste modo, levantar a partir disto três questões. A primeira questão diz respeito ao fato de que entre os três segmentos – Municipal, Estadual e Federal – o município foi o único que realizou concurso público para efetivos recentemente. A segunda é que possivelmente a preferência das egressas ocorre em virtude das vantagens do ensino público, uma vez que oferece estabilidade e salário razoável (R\$ 430,00 para 20 horas e aproximadamente R\$ 800,00 para 40 horas).

Por fim, um outro aspecto importante de se analisar são as atuais reformas educacionais e políticas públicas para a educação infantil. Em sua dissertação de mestrado intitulada “*A infância de papel e o papel da infância*”, Jodete Fullgraf, analisou o impacto das principais reformas nas políticas educacionais relacionadas a educação das crianças de 0 a 6 anos.

A nova LDB/96, introduz mudanças significativas na educação básica, em que a educação infantil passou a ser obrigação do poder público. Desta forma, tanto a LDB, quanto a Constituição Federal colocam na esfera municipal a responsabilidade pela oferta da educação infantil. Tal como afirma a autora,

estes artigos preconizam a municipalização do ensino fundamental e infantil, demonstram claramente a ‘não responsabilidade’ do Estado com a Educação Infantil. Nenhum dos três entes federados trata a Educação Infantil como prioritária, uma vez que o texto legal define que o governo federal compete prioritariamente atender o Ensino Superior, ao governo estadual compete prioritariamente atender ao Ensino médio e Ensino Fundamental, e ao governo municipal compete prioritariamente atender ao Ensino Fundamental e Educação Infantil. (FULLGRAF, 2001, p.51).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório procurou enfocar e levantar algumas questões a partir das atuais mudanças - legais e estruturais - no campo da formação de professores em nível superior, mais especificamente as repercussões no curso de Pedagogia, habilitação educação infantil da UFSC. A

começar pela Constituição Federal que apresentou algumas contribuições na valorização da educação infantil, reconhecendo o direito de todas as crianças menores de 7 anos à creches e pré-escolas, cujos pais desejarem.

O Ministério da Educação elaborou, em 1994, uma “Política Nacional de Educação Infantil”. Este documento definiu que o trabalho realizado com as crianças de 0 a 6 anos deve cumprir as funções de cuidar e educar de forma indissociável e complementar a família. A partir desta deliberação, aposta-se na qualificação do profissional que atua ou atuará neste contexto, uma vez que precisa cumprir esta função de acordo com as especificidades destas crianças.

A nova LDB/96, também trouxe mudanças importantes para a área. Definiu pela primeira vez a inclusão da educação infantil como parte da educação básica, tirando a responsabilidade dos órgãos de saúde e assistência social. Outras deliberações importantes geraram muitas conseqüências na formação de professores da educação básica. Nesta lei, os profissionais que atuam junto à crianças de 0 a 6 anos devem se formar em nível superior, uma vez que não se admite mais o trabalho leigo. Esta formação pode ser feita nas universidades e/ou no Curso Normal Superior, presentes nos Institutos Superiores de Educação.

Relacionando este fato com dados da pesquisa, notamos que a Prefeitura Municipal realizou o concurso público, em janeiro deste ano, para docentes com formação superior. Além disso, observamos grande parte das egressas do curso de Pedagogia da USFC, ingressarem neste após a promulgação da LDB em 1996. Isto pode demonstrar uma forte procura pelo curso superior, talvez, devido a deliberação da obrigação de tal formação em 10 anos, ou seja, até 2007. Esta exigência do trabalho docente remete à uma qualificação do trabalho das professoras na educação das crianças, mas por outro lado torna-se um desafio uma vez que grande parte das profissionais que já atuam possuem a formação em nível médio e as universidades não dispõem de vagas suficientes para toda a demanda.

O decreto presidencial n.3554 definiu que a formação de professores para as séries iniciais e educação infantil deve ser realizada preferencialmente no Curso Normal Superior, enquanto que os demais profissionais da educação deverão ser formados em cursos de Pedagogia. Isto nos leva a pensar em um processo de desqualificação tanto do educador quanto da educação, uma vez que este curso propõe o aligeiramento da formação docente fora do contexto universitário, local onde o estudante poderia se beneficiar da diversidade cultural propiciado pelas reflexões das diferentes ciências, além da ascensão na escolaridade.

Com relação a reforma curricular em 95 no curso de Pedagogia da UFSC, foi inserido nas quatro primeiras fases a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica que visa formar o professor pesquisador por meio de um trabalho apresentado na 4ª fase. Um dos objetivos desta pesquisa foi verificar o impacto que esta formação, voltada também para o professor-pesquisador, estaria trazendo para as alunas do curso de Pedagogia. Nesse sentido, os dados obtidos junto às egressas, denunciam o interesse por cursos de especialização e mestrado. Estes diferem dos resultados encontrados por Nelzi Flor, em que não se constatou a inserção das egressas em cursos de mestrado.

Desde a década de 1970, persiste na área educacional um debate e um movimento em torno da inserção da formação docente como base da identidade de todo o educador. A partir de 95, o currículo do curso de Pedagogia da UFSC incluiu a formação do professor das séries iniciais como base comum da formação do pedagogo, independente da sua habilitação. Percebemos na análise dos resultados desta pesquisa que, apesar desta mudança curricular, grande parte das egressas habilitadas em educação infantil estão atuando nesta área como docentes sendo inexpressivo o número de egressas formadas em pedagogia, habilitação educação infantil que estão atuando nas séries iniciais do ensino fundamental. Estes dados indicam a necessidade de investigar a situação das egressas das outras habilitações oferecidas pela UFSC, a fim de conhecer a inserção destas profissionais no mercado de trabalho e verificar se estas também estão atuando nas suas habilitações específicas – educação especial, orientação educacional e supervisão escolar ou nas séries iniciais do ensino fundamental.

É interessante traçar um perfil geral das egressas que participaram desta pesquisa, a partir dos dados resultantes presentes na amostra coletada. Nesse sentido, constatou-se que 82% das ex-alunas encontram-se entre a faixa-etária de 20 a 30 anos; 100% da amostra são mulheres; 55% são solteiras e 37% casadas; 37%, portanto a maioria recebe mais de 3 e menos de 5 salários mínimos. Com relação a formação, 33% delas formaram-se no ensino médio propedêutico e 26% em Magistério.

Quanto a formação em nível superior, 67% ingressou no curso de Pedagogia como sua primeira opção; 26% já concluíram cursos de especialização e 11% cursaram mestrado. Comentando sobre a experiência profissional, 86% trabalharam como auxiliares de sala. Atualmente, 60% das egressas atuam como professoras na educação infantil e a maior parte delas estão nas instituições há menos de 1 ano; há uma predominância de profissionais atuando em período integral e efetivas municipais; 29% das professoras trabalham junto à crianças com mais de 4 e menos de 7 anos e 19% com crianças menores de 2 anos.

Vale ressaltar que a grande maioria atua como docente na educação infantil, o que revela uma significativa mudança em relação aos resultados obtidos por Nelzi Flor em que as egressas quando

atuavam nesta área assumiam cargos de coordenação e direção. Este pode ser um dado indicativo de que deve-se continuar apostando na formação de professores para a educação infantil.

Ao concluir esta pesquisa, é possível perceber que algumas perguntas puderam ser respondidas, tais como: Onde e em que trabalham as egressas? Estas ex-alunas atuam na área da educação infantil ou nas séries iniciais? No entanto, outras questões foram suscitadas: Após a promulgação da nova LDB/96, é possível perceber um aumento na procura pelo curso de Pedagogia? As alunas ingressam no curso por que desejam e se identificam com a área, ou se interessam por que simplesmente são mulheres? Permanece nas instituições de educação infantil a concepção de que as profissionais com maior nível de formação trabalham com crianças de maior faixa-etária? Um vez que a grande parte das egressas atuam em período integral, questionamos se isto ocorre por desejo próprio ou imposição das condições atuais do mercado? O que leva as egressas optarem por trabalhar em instituições públicas municipais? Tendo em vista que a maioria das ex-alunas estão atuando na área da educação infantil, seria conveniente continuar com a formação base para a docência nas séries iniciais? Ou seria mais adequado priorizar e ampliar o tempo de formação do profissional da educação infantil? Estas são algumas das perguntas que surgiram no decorrer do trabalho e que poderiam ser melhor analisadas em outras oportunidades.

Percebeu-se também, com esta pesquisa, a importância em se realizar uma revisão na formação dos educadores e lutar contra qualquer medida que venha ameaçar a do professor crítico, investigador, consciente e qualificado para o seu exercício profissional. E se a busca é pela qualificação da educação, é importante rever desde os currículos dos cursos de formação até a atuação dos profissionais nas instituições.

## 6. BIBLIOGRAFIA

BARRETO, A. M. R. F. ***Por que e para que uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil?*** In: BRASIL, MEC, SEF, COEDI. "Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil". Brasília: MEC, 1994.

\_\_\_\_\_. ***A formação do profissional de Educação Infantil.*** In: Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. **Critérios para o atendimento em creches que respeite os Direitos da Criança**. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. **Educação infantil: situação atual**. Brasília, 1994.

CAMPOS, M. M. **Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil**. In BRASIL, MEC, SEF, COEDI. "Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil". Brasília, MEC, 1994.

\_\_\_\_\_. **A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate**. Revista Educação e Sociedade. São Paulo, ano XX, nº 68, dez.1999.

CERISARA, Ana Beatriz. **A construção da identidade das profissionais de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. Tese de Doutorado, FEUSP, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil**. Revista Perspectiva. Florianópolis, v.17, nº Especial, 1999.

\_\_\_\_\_. **A formação de professores de educação infantil: por entre pareceres e resoluções**. Trabalho apresentado no ENDIPE. Florianópolis, 2002.

DEMARTINI, Patrícia. **A inserção das egressas do curso de Pedagogia, habilitação Educação Infantil da UFSC na rede municipal de Florianópolis**. Versão para qualificação. Curso de Mestrado em Educação, UFSC, Florianópolis, 2002.

\_\_\_\_\_. **Profissionais de Educação Infantil em Florianópolis: caracterização e formação**. Relatório parcial de Iniciação Científica. Florianópolis, UFSC/CED/Nee0a6, 2000.

FLOR, Nelzi. **'Pedagoga' pré-escolar; aspectos da realidade e perspectivas de uma profissional em busca de identidade**. Relatório FUNPESQUISA/UFSC, 1996.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Conversando com educadoras de berçário: relações de gênero e de classe na Educação Infantil**. Dissertação de mestrado, PPGEDU/FACED. Porto Alegre, RS (UFRS), 2000.

FULGRAFF, Jodete Bayer Gomes. **A infância de papel e o papel da infância**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2001.

KISHIMOTO, T. M. **Política de formação profissional para a Educação Infantil: Pedagogia e Normal Superior**. Revista Educação e Sociedade. São Paulo, ano XX, nº 68, dez.1999.

KULMANN, Moysés Jr. ***Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica***. Porto Alegre: Mediação, 1998.

RIVERO, Andrea. ***Da educação Pré-Escolar à Educação Infantil: um estudo das concepções presentes na formação dos professores no curso de Pedagogia***. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 2001.

ROCHA, E. A. C. ***A UFSC na formação do profissional de Educação Infantil***. In: I Simpósio Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC, 1994.

SCHEIBE, L.; AGUIAR, M. A.. ***A formação de profissionais da Educação Infantil no Brasil: o curso de Pedagogia em questão***. Revista Educação e Sociedade, São Paulo, ano XX, nº 68, dez.1999.

SILVEIRA, Cintia R. G. ***Caracterização das instituições educativas de 0 a 6 anos em Florianópolis: as profissionais da educação infantil***. Relatório de Pesquisa/UFSC. Florianópolis, 1997.